



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Rua Acre, 80 – sala 1004 – Centro/Rio Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone: 2282-8682 / 2282-8016

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2022/181

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela TRF2/PSG-2023/0465 de 22/09/2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio **www.gov.br/compras**. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 12 de dezembro de 2023

Horário (de Brasília): 13:00

Local: www.gov.br/compras

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo De Planilha De Especificação E Formação De Preços;

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

Anexo IV – Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

Anexo V - Declaração conforme artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 9, de 06/12/2005;

Anexo VI – Contrato.

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação, sob demanda, de prestação de serviços de natureza continuada, com vigência de 02 (dois) anos, de tradução-interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Portuguesa e vice-versa, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo ou ensaiada, gravada ou não, das solenidades, eventos, vídeos, palestras, congressos, fóruns, visitas, ações e projetos de relações institucionais e qualquer outra ocasião institucional necessária para a Justiça Federal da 2ª Região e nas modalidades virtual (remota) e/ou presencial para sessões com recursos de acessibilidade de peças teatrais, óperas, performances, shows, espetáculos de dança, palestras, seus registros em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

vídeo veiculados de forma online síncrona ou assíncrona, filmes e vídeos para o Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), nas instalações físicas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e do Centro Cultural Justiça Federal e outra localidade na cidade do Rio de Janeiro indicada pela Contratante, com cessão de uso de imagem e voz, de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, conforme especificações e quantitativos estabelecidos nos anexos do Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e será adjudicado a apenas uma licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabelião de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do sítio **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS;

4.1 - - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no **VALOR TOTAL DO OBJETO PARA 2 (DOIS) ANOS**, conforme Planilha de Preços, constante do Anexo II deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o Contrato, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 – Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

5.1.6 - Preço total, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II deste edital;

5.1.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à prestação dos serviços deverão estar incluídas no preço proposto;

5.1.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.8 - **Prazo de vigência do contrato** será de 02 (dois) anos, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 107, da Lei nº 14.133/21.



5.1.9 - **Prazo de garantia da correção / adequação dos serviços prestados** deverá ser de 06 (seis) meses, contados a partir do atesto da Nota Fiscal.

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 e 5.1.8, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

5.3 - Depois de solicitada pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a proposta de preços da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos de habilitação complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, através do Sistema *Compras.gov.br*.

5.3.1- O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e dos documentos complementares de habilitação.

5.4 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no Compras.gov.br e o disposto no Anexo I -Termo de Referência, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF - 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.



6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF - 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis.

6.8 - Considerar-se-á inexequível a proposta na qual não tenha sido demonstrada a viabilidade da execução do objeto por meio de documentação que comprove a coerência dos custos envolvidos na contratação com os de mercado.

6.9 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.10 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **VALOR TOTAL DO OBJETO (02 ANOS) desta licitação conforme Planilha de Preços, constante do Anexo II deste Edital**, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 200,00 (duzentos reais), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem 7.10 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.12 - Definido o resultado do julgamento, após realizado o procedimento previsto no subitem 8.4, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.12.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.12.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL DO OBJETO (02 ANOS)**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.4.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.4.4 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.4.5 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.6 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.6.1 - disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

8.6.2 - avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na lei;

8.6.3 - desenvolvimento pelas licitantes de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme artigo 5º, do Decreto nº 11.430/2023;

8.6.4 - desenvolvimento pelas licitantes de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.7 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.7.1 - empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;

8.7.2 - empresas brasileiras;

8.7.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.7.4 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no item 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL DO OBJETO (02 ANOS)**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.

8.10 - Na hipótese de a proposta de menor preço total anual não ser aceitável ou se a licitante vencedora não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.12 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.



8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - O pregoeiro, constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.15 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.2 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio.

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019 e 103/2021);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Compras.gov.br, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.



9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, em conformidade com o subitem 10.2.

9.4.9 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.10 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.11 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.12 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.11, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto da licitação;

9.5.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou, a contento, serviços de tradução-interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), simultânea ou consecutiva, para a Língua Portuguesa e vice-versa.

9.5.1.1.1 – Quanto ao prazo, o(s) atestado(s) deverá (ão) se referir a período mínimo de 12 meses de prestação de serviços com atendimento satisfatório.

9.5.1.1.2 - Será aceito o somatório de atestados ou declarações para comprovação da qualificação técnica da licitante.

9.5.1.1.3 – Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone e e-mail do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

9.5.2 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

9.5.3 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de



constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

9.5.3.1 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

9.5.3.2 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

9.5.4 - O TRF - 2ª Região poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas, na Sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas pela licitante.

10 - DA VISTORIA:

10.1 - A licitante poderá vistoriar os locais onde podem vir a ser executados os serviços e/ou para conhecimento de especificidades do objeto a ser adquirido, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes;

10.2 - Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão;

10.3 - As visitas poderão ocorrer de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 12h e 17h, quando será fornecido "Certificado de Vistoria" pela Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência, Rua Acre, n.º 80, 20º andar, sala 2001-A, Centro, Rio de Janeiro - RJ, podendo ser previamente agendadas pelo e-mail: relacoesinstitucionais@trf2.jus.br e com cópia para: rp@trf2.jus.br ou pelo telefone (21) 2282-8389/8181 e, no caso do CCJF, pela Divisão de Cultura do Centro Cultural Justiça Federal, Av Rio Branco, 241, Centro, pelo e-mail: adm.ccjf@trf2.jus.br e com cópia para o e-mail: cultura.ccjf@trf2.jus.br ou pelo telefone (21) 3261-2555/2550.

10.4 - Esta vistoria é considerada suficiente para que a licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados e/ou objetos a serem entregues, aspectos arquitetônicos do local, condições de carga e descarga, dificuldades técnicas, como os principais locais e suas instalações onde ocorreriam a maior parte da prestação dos serviços presenciais, como a lista exemplificativa, NÃO EXAUSTIVA, abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- Tribunal Regional Federal da 2ª Região, localizado na rua Acre, 80, Centro – Rio de Janeiro/RJ;
- Centro Cultural Justiça Federal, localizado na Av. Rio Branco, 241, Centro – Rio de Janeiro/RJ.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da prestação de serviços objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa
02.061.0033.4257.6013	168.413	33.90.39.05 - Serviços técnicos profissionais

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: www.gov.br/compras, na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

12.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

12.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

12.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

13 - DOS RECURSOS

13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar



contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro aceitar a proposta mais bem classificada e habilitar a licitante vencedora.

13.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

14.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinatura do instrumento contratual junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

14.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão, o TRF - 2ª Região poderá encaminhar os documentos por meio eletrônico.

14.2 - A convocação de que trata o subitem 14.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF - 2ª Região, mediante solicitação, devidamente justificada por parte da licitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

14.3 - No ato da assinatura do Contrato, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

14.4 - Ao assinar o instrumento contratual, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços e entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

14.5 - É facultado ao TRF - 2ª Região, quando o convocado não assinar o Contrato nos prazos e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

14.6 - A recusa injustificada da licitante classificada em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei e a imediata perda da garantia da proposta em favor do TRF - 2ª Região.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

14.7 - Ressalvadas as hipóteses de atraso por culpa da Contratada, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato.

14.7.1 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.7.2 - Em caso de culpa da contratada, será a empresa constituída em mora, sendo aplicáveis as respectivas sanções administrativas, podendo o TRF - 2ª Região optar pela extinção do contrato, adotando, neste caso, as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

14.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

14.9 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

14.9.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo V do presente Edital, que deverá ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato;

14.10 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

14.10.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.



15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

15.1.1 - Provisoriamente – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

15.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

15.2 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.

15.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

15.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF - 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990;

15.5 - Após a celebração do contrato, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer seu acompanhamento e fiscalização.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 – O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, à vista do documento fiscal apresentado pela contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

16.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

16.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

16.1.3 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

16.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

16.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540, de 05/01/2015, e nº 1.552, de 02/03/2015.

16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

16.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

16.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

16.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16.7.2. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

17 -DO REAJUSTE

17.1 - Os valores contratados poderão ser reajustados com base na variação do IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice oficial que venha a ser acordado entre as partes, de acordo com a seguinte fórmula:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

$= \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right) \cdot P$	Onde:
	R = Reajuste
	I = Nº índice da data do reajuste
	I ₀ = Nº índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste.
	P = Preço a ser reajustado.

- 17.2 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo se utilizar o cálculo pró-rata mas sim o mês cheio.
- 17.3 - A periodicidade de reajuste do Contrato será de 01 (*um*) ano, em conformidade com os termos da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.
- 17.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.
- 17.5 - A Contratada deverá manifestar seu interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 17.4 tão logo seja divulgado o índice previsto no subitem 17.1.
- 17.6 - A não formalização do pedido de reajustamento pela Contratada ou, ainda, a sua formalização intempestivamente, ou seja, após a prorrogação do ajuste, acarretará a preclusão do direito de reajustar.

18 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO

18.1 - A disciplina relativa à fiscalização administrativa do contrato está prevista no Contrato - Anexo VI deste Edital.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 - A disciplina relativa às obrigações da Contratada está prevista no Contrato - Anexo VI deste Edital.

20 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

20.1 - A disciplina relativa às obrigações do Contratante está prevista no Contrato - Anexo VI deste Edital.



21 - DAS SANÇÕES

21.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

21.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

21.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

21.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

21.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

21.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

21.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

21.2.1 - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

21.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

21.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 21.1.8, 21.1.9, 21.1.10, 21.1.11 e 21.1.12 acima, bem como nos subitens 21.1.2, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6 e 21.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 21.2.2.

21.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



21.2.4 - **Multa:**

21.2.4.1 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.

21.2.4.2 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

21.2.4.3 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

21.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

21.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

21.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

21.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

21.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;

21.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

21.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação

21.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

21.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

21.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021.

21.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22 - DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 - Fica assegurado ao TRF - 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

22.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

22.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

22.1.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

22.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, a Administração poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

22.4 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

22.4.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

22.4.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 22.4.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

22.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2023.

Francisco Luís Duarte - Pregoeiro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



TERMO DE REFERÊNCIA Nº TRF2-TER-2023/00407

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

Contratação, sob demanda, de prestação de serviços de natureza continuada, **com vigência de 2 (dois) anos**, de tradução-interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Portuguesa e vice-versa, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo ou ensaiada, gravada ou não, das solenidades, eventos, vídeos, palestras, congressos, fóruns, visitas, ações e projetos de relações institucionais e qualquer outra ocasião institucional necessária para a Justiça Federal da 2ª Região e nas modalidades virtual (remota) e/ou presencial para sessões com recursos de acessibilidade de peças teatrais, óperas, performances, shows, espetáculos de dança, palestras, seus registros em vídeo veiculados de forma online síncrona ou assíncrona, filmes e vídeos para o Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), nas instalações físicas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e do Centro Cultural Justiça Federal e outra localidade na cidade do Rio de Janeiro indicada pela Contratante, com cessão de uso de imagem e voz, de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, mediante contrato de prestação de serviço de natureza continuada, **com vigência de 2 (dois) anos**, por meio deste processo de contratação e conforme as especificações e quantitativo estimado na tabela abaixo deste Termo de Referência:

Subitem	EVENTOS/ VÍDEOS/ VISITAS/ PALESTRAS E OUTROS	Quantidade estimada de horas totais por tipo de evento	Modalidade*
1.1.1	Posse de Desembargador(a)s/ Entrega de Condecorações Solenidades de Homenagem Magistrados/ Servidores/ Autoridades de outros órgãos, no período de 8h às 19h, em dias úteis.	36 HORAS	PRESENCIAL OU REMOTA Interpretação- tradução simultânea- consecutiva, no local do evento ou remotamente e com gravação.
	Palestras, Oficinas, Seminários, Webnários, Congressos, Fóruns, Conferência, Encontros, Visitas institucionais e similares no TRF2, no período de 8h às 19h, em dias		PRESENCIAL OU REMOTA Interpretação- tradução

Classif. documental

30.01.01.01



TRF2TER202300407A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



1.1.2	úteis, e no CCJF, no período de 11h às 21h, de terça a domingo.	220 HORAS	simultânea-consecutiva, no local do evento ou remotamente e com gravação.
1.1.3	Gravação de vídeo do profissional para inserir janela em vídeos institucionais previamente produzidos pelo TRF2, no período de 8h às 19h, em dias úteis, e no CCJF, no período de 11h às 21h, de terça a domingo.	100 HORAS	PRESENCIAL OU REMOTA Interpretação-tradução simultânea-consecutiva, de vídeo gravado em formato estúdio para inserir em janela de vídeo já produzido
1.1.4	Peças teatrais, óperas, performances, shows, espetáculos de dança, palestras, seus registros em vídeo veiculados de forma online síncrona ou assíncrona, filmes e vídeos, no período de 11h às 21h, de terça a domingo.	440 HORAS	PRESENCIAL OU REMOTA Interpretação-tradução simultânea-consecutiva, no local do evento ou remotamente e com gravação.
1.1.5	Qualquer um dos eventos constantes nos itens 1.1.1, 1.1.2, 1.1.3 e 1.1.4, que ocorram em qualquer horário, aos sábados, domingos e feriados	12 HORAS	PRESENCIAL OU REMOTA Interpretação-tradução simultânea-consecutiva, no local do evento ou remotamente e com gravação.
1.1.6	Qualquer um dos eventos constantes nos itens 1.1.1, 1.1.2, 1.1.3 e 1.1.4, que ocorram em dias úteis, no período de 19h01min às 7h59min, em dias úteis.	30 HORAS	PRESENCIAL OU REMOTA Interpretação-tradução simultânea-consecutiva, no local do evento ou



			remotamente e com gravação.
1.1.7	QUANTIDADE ESTIMADA DE HORAS TOTAIS	838 (oitocentas e trinta e oito) horas totais	

1.1.7.1 - Com o objetivo de possibilitar uma previsão mais acurada, baseada no histórico de eventos e necessidades institucionais habitualmente existentes na Justiça Federal da 2ª Região e no Centro Cultural Justiça Federal, na planilha acima, estão elencadas, de forma exemplificativa e não exaustiva, os tipos de eventos e solenidades, vídeos e ocasiões institucionais que costumam demandar a contratação dos serviços de LIBRAS, motivo pelo qual a contratada deve se ater **TÃO SOMENTE ao número de horas TOTAL estimado - 838 (oitocentas e trinta e oito) horas totais** -, pois os tipos de eventos, dias, horários, locais e a sua duração podem se modificar bastante, inclusive com formatos inéditos, podendo ser exigida a prestação dos serviços de tradução e interpretação de português para LIBRAS, e vice-versa, tanto presencialmente, quanto remotamente, de forma síncrona ou assíncrona, simultânea ou consecutiva, por exemplo;

1.1.7.2 - Para evitar repetições desnecessárias e que não darão conta de todas as ocasiões institucionais que exigem o serviço de LIBRAS, convencionou-se, neste documento, denominar "EVENTO" quaisquer atividades em que a Administração do TRF2 ou do CCJF considere necessária a prestação do serviço de LIBRAS, incluídos todos os tipos e formatos de solenidades, sessões, visitas, vídeos, reuniões, palestras, congressos, conferências, seminários, oficinas, apresentações, encontros, fóruns, homenagens, ocasiões institucionais, peças de teatro, espetáculos de dança e música, shows, concertos, filmes etc;

1.1.7.3 - A definição da modalidade e especificidades de cada **TRADUÇÃO-INTERPRETAÇÃO**, tais como: **PRESENCIAL ou REMOTA, SIMULTÂNEA OU CONSECUTIVA, SÍNCRONA OU ASSÍNCRONA**, para a prestação do serviço de LIBRAS **será realizada a cada ordem de serviço**, conforme a conveniência e as necessidades da Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e do Centro Cultural Justiça Federal, devendo os profissionais requisitados estarem aptos a atuar em qualquer uma das modalidades, seja no local físico informado ou remotamente; tendo como obrigação, neste último caso, garantir a infraestrutura tecnológica (Por exemplo: Internet Banda Larga, Chromakey de fundo, Webcam de qualidade, aplicação de plano de fundo etc) necessária para a realização do trabalho sem interrupção e com qualidade, sem gerar ônus algum à Contratante, devendo ainda responsabilizar-se pela gravação e fornecimento da mídia;

1.1.7.4 - Considera-se como hora-base a hora da interpretação de Libras realizada simultânea ou consecutivamente, ao vivo ou gravada, prestada por 2 (dois) intérpretes em regime de revezamento a cada 20 (vinte) minutos, compreendida no período das 8 h às 19h, de segunda a sexta-feira. O valor da hora-base deverá contemplar a cessão de uso da imagem.



1.1.7.5 - Os serviços serão executados sob demanda, conforme conveniência e necessidades da Contratante.

1.1.7.6 - Excepcionalmente, no que se refere ao TRF2, poderá haver demanda fora da faixa de horário e de dias úteis, citados no item 1.1.4, da planilha, devendo, nestes casos, o valor da hora-base ser definido conforme os subitens correspondentes 1.1.5 ou 1.1.6 da planilha acima, no todo ou em parte da duração do serviço que se enquadrar fora dos dias e horários estabelecidos no já citado item 1.1.4;

1.1.7.7 – Os serviços a serem prestados para atender demanda do CCJF acontecem habitualmente de terça a domingo, de 11h às 21h, podendo ocorrer fora desta faixa de horário e inclusive às segundas-feiras.

1.1.7.8 - Unidade: HORA

1.1.7.9 - Quantidade estimativa: **838 (oitocentas e trinta e oito) horas totais**

1.1.7.10 - A planilha constante neste tópico ilustra os tipos de eventos de maior ocorrência para fins de exemplificação, mas não significa que determinado evento terá a duração em horas ali estimadas. O documento que registrará OFICIALMENTE o número de horas contratadas a cada prestação de serviço será a ORDEM DE SERVIÇO, onde constará o horário de início e de término de cada serviço prestado em cada ocasião demandada pela Contratante, podendo ter duração diferenciada para eventos do mesmo tipo, fato que será determinado em cada ordem de serviço.

1.1.7.11 - O total estimado de **838 (oitocentas e trinta e oito) horas totais** horas totais poderá ser compartilhado, de comum acordo, entre as unidades gestoras do Contrato, tendo por base o quadro constante na planilha deste tópico.

.

1.2 PRAZO DE VIGÊNCIA/PRAZO DE ENTREGA:

1.2.1 - Prazo de vigência: 2 (dois) anos.

1.2.2 - Prazo de entrega: A cada demanda da Contratante repassada à Contratada, a qual será, preferencialmente, acionada via e-mail, com o **atendimento no prazo mínimo de 08 (oito) horas de antecedência do horário previsto para o início do evento.**

.

1.3 PRAZO DE GARANTIA/PRAZO DE VALIDADE:

1.3.1 O **prazo de garantia** da correção/adequação dos serviços prestados deverá ser de **06 (seis) meses, contados a partir do atesto da Nota Fiscal.**

.



1.4 CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO PERÍODO DE GARANTIA:

1.4.1. Caso seja verificada alguma impropriedade, desconformidade com normas legais e padrões técnicos vigentes ou termo erroneamente traduzido /interpretado, a contratada será acionada para realizar a correção/adequação dos serviços prestados no **prazo de garantia da 06 (seis) meses, contados a partir do atesto da Nota Fiscal.**

1.5 APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - REGRAS:

1.5.1 - Não existe essa exigência para a presente contratação.

1.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.6.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto da licitação;

1.6.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou, a contento, serviços de tradução-interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), simultânea ou consecutiva, para a Língua Portuguesa e vice-versa.

1.6.1.1.1 – Quanto ao prazo, o(s) atestado(s) deverá (ão) se referir a período mínimo de 12 meses de prestação de serviços com atendimento satisfatório.

1.6.1.1.2 - Será aceito o somatório de atestados ou declarações para comprovação da qualificação técnica da licitante.

1.6.1.1.3 – Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone e e-mail do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

1.6.2 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

1.6.3 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

1.6.3.1 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

1.6.3.2 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

1.6.4 - O TRF - 2ª Região poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas, na Sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas pela licitante.

1.7 VISTORIA:

1.7.1 - A licitante poderá vistoriar os locais onde podem vir a ser executados os serviços e/ou para conhecimento de especificidades do objeto a ser adquirido, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes;

1.7.2 - Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão;

1.7.3 - As visitas poderão ocorrer de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 12h e 17h, quando será fornecido "Certificado de Vistoria" pela Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência, Rua Acre, n.º 80, 20º andar, sala 2001-A, Centro, Rio de Janeiro - RJ, podendo ser previamente agendadas pelo e-mail: relacoesinstitucionais@trf2.jus.br e com cópia para: rp@trf2.jus.br ou pelo telefone (21) 2282-8389/8181 e, no caso do CCJF, pela Divisão de Cultura do Centro Cultural Justiça Federal, Av Rio Branco, 241, Centro, pelo e-mail: adm.ccjf@trf2.jus.br e com cópia para o e-mail: cultura.ccjf@trf2.jus.br ou pelo telefone (21) 3261-2555/2550. Esta vistoria é considerada suficiente para que a licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados e/ou objetos a serem entregues, aspectos arquitetônicos do local, condições de carga e descarga, dificuldades técnicas, como os principais locais e suas instalações onde ocorreriam a maior parte da prestação dos serviços presenciais, como a lista exemplificativa, NÃO EXAUSTIVA, abaixo:

- Tribunal Regional Federal da 2ª Região, localizado na rua Acre, 80, Centro – Rio de Janeiro/RJ;
- Centro Cultural Justiça Federal, localizado na Av. Rio Branco, 241, Centro – Rio de Janeiro/RJ.



TRF2TER202300407A

1.8 METAS FÍSICAS:

1.8.1 - Obter a contratação, sob demanda, de prestação de serviços de natureza continuada, **com vigência de 2 (dois) anos**, de tradução/interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Portuguesa e vice-versa, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo ou ensaiada, gravada ou não, das solenidades, eventos, vídeos, palestras, congressos, fóruns, visitas, ações e projetos de relações institucionais e qualquer outra ocasião institucional necessária para a Justiça Federal da 2ª Região e das sessões com recursos de acessibilidade de peças teatrais, óperas, performances, shows, espetáculos de dança, palestras, seus registros em vídeo veiculados de forma online síncrona ou assíncrona, filmes e vídeos para o Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), nas modalidades virtual (remota) e/ou presencial nas instalações físicas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e do Centro Cultural Justiça Federal e outra localidade na cidade do Rio de Janeiro indicada pela Contratante, com cessão de uso de imagem e voz, de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, mediante contrato de prestação de serviço de natureza continuada, **com vigência de 2 (dois) anos**, por meio deste processo de contratação e conforme as especificações e quantitativo estimado na tabela deste tópico do Termo de Referência.

1.9 LOCAL DE ENTREGA/LOCAL DE EXECUÇÃO:

1.9.1 - Relação exemplificativa de locais com maior recorrência de realização de eventos do TRF2 na cidade do Rio de Janeiro:

1.9.1.1 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Sede): Rua do Acre, nº 80 - Centro/Rio de Janeiro – RJ;

1.9.1.2 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Administrativo): Rua Visconde de Inhaúma, 68 - Centro/Rio de Janeiro – RJ;

1.9.1.3 - Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Foro da Capital - Desembargadora Federal Marilena Franco): Avenida Venezuela, nº 134 - Centro/Rio de Janeiro – RJ;

1.9.1.4 - Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Foro da Capital): Avenida Rio Branco, nº 243 - Centro/Rio de Janeiro – RJ;

1.9.1.5 - Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Sede Administrativa): Avenida Almirante Barroso, nº 78 - Centro/Rio de Janeiro – RJ;

1.9.1.6 - Centro Cultural Justiça Federal – CCJF: Av. Rio Branco, 241 – Centro/Rio de Janeiro – RJ, de 11h às 21h.

1.9.2 – Excepcionalmente, o local da prestação do serviço poderá ocorrer em outra localidade indicada, dentro da cidade do Rio de Janeiro, sem ônus



à Contratante, como por exemplo, nos espaços onde podem vir a ser alocados setores do Tribunal e outros espaços onde o TRF2 e o CCJF se façam representar institucionalmente.

1.10 CONDIÇÕES ESPECIAIS DE RECEBIMENTO:

1.10.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

1.10.1.1 - Provisoriamente – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

1.10.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

1.10.2 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.

1.10.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

1.10.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990.

1.11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1.11.1 – A quantidade de horas estimadas para a prestação do serviço de LIBRAS **em 2 (dois) anos**, referente ao objeto do contrato que será gerado a partir deste Termo de Referência, será demandada, de acordo com a necessidade e conveniência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e do Centro Cultural Justiça Federal, mediante ordem de serviço e prazos estabelecidos neste documento. Este instrumento não obriga à contratação, podendo a Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e o Centro Cultural Justiça Federal acionar ou não a prestação dos serviços de acordo com as necessidades do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e do Centro Cultural Justiça Federal, obedecida à legislação pertinente;

1.11.2 - A contratada não poderá alegar desconhecimento de nenhuma das características técnicas deste Termo de Referência.



1.11.3 - A contratada deverá estar apta a iniciar a prestação dos serviços objeto da presente licitação na data de assinatura do contrato.

1.11.4 - A solicitação de execução dos serviços dar-se-á por meio de **ordem de serviço**, encaminhada, preferencialmente, por e-mail à CONTRATADA, emitida pela Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e do Centro Cultural Justiça Federal, com **antecedência mínima de 08 (oito) horas do início do evento/ocasião institucional demandada**.

1.11.5 - Os serviços serão executados observando as condições dispostas neste Termo de Referência, devendo a CONTRATADA fornecer números de telefone, celular, e-mail e outros meios hábeis para contato, inclusive para fins de abertura de ordem de serviço pela CONTRATANTE.

1.11.6 - A confirmação do recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA deverá ser obtida pelo TRF2 e pelo Centro Cultural Justiça Federal, a depender da origem da demanda, imediatamente após o envio.

1.11.7 - O deslocamento dos profissionais até o local da prestação do serviço é de responsabilidade da CONTRATADA.

1.11.8 - Os serviços serão contratados por hora.

1.11.9 - Considera-se como hora-base a hora da interpretação-tradução de Libras realizada simultânea ou consecutivamente, ao vivo ou gravada, prestada por 2 (dois) intérpretes em regime de revezamento, compreendida no período das 8h às 19h, de segunda a sexta-feira. No caso do Centro Cultural Justiça Federal os serviços serão prestados de terça-feira a domingo de 11h às 21h, **podendo ocorrer fora desta faixa de horário e inclusive às segundas-feiras**.

1.11.10 - O valor da hora-base deverá considerar o trabalho de 2 (dois) intérpretes, que se revezarão a cada 20 (vinte) minutos, conforme preconiza a Federação e Associação da classe.

1.11.11 - O valor da hora-base deverá contemplar a cessão de uso da imagem.

1.11.12 - No preço cotado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, como frete, seguro, riscos, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, acidentários ou comerciais, bem como recursos humanos e materiais, equipamentos, manutenção dos equipamentos, serviços de acabamento e seus insumos, passagens aéreas, diárias, alimentação, transporte, hospedagem e quaisquer outras despesas incidentes na execução dos serviços objeto da licitação.

1.11.13 - As horas de início e de término do evento/situação institucional constantes da ordem de serviço são apenas estimativas.

1.11.14 - A hora de início considerada para cômputo da jornada de trabalho dos profissionais será sempre aquela indicada na ordem de serviço para o início do evento, não se descontando da jornada eventuais atrasos não imputáveis à CONTRATADA.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



1.11.15 - Caso a duração da jornada de trabalho tenha de se estender após o horário previsto para término determinado na de serviço, os intérpretes darão continuidade à prestação do serviço até o término; sendo que a hora de término considerada para cômputo da jornada de trabalho dos profissionais será a hora em que o evento estiver efetivamente finalizado, após dispensa pelo servidor responsável por acompanhar o contrato.

1.11.16 - A hora fracionada será paga como hora integral.

1.11.17 - Excepcionalmente, poderá haver demanda fora da faixa de horário e de dias úteis, citados no item 1.1.4 da planilha deste tópico, devendo, nestes casos, o valor da hora-base ser definido conforme os subitens correspondentes 1.1.5 ou 1.1.6 da planilha deste tópico, no todo ou em parte da duração do serviço que se enquadrar fora dos dias e horários estabelecidos no item 1.1.4 deste tópico;

1.11.17.1 - Os serviços no Centro Cultural Justiça Federal serão prestados de terça-feira a domingo, inclusive feriados, durante o horário de funcionamento do CCJF, de 11h às 21h, podendo ocorrer fora desta faixa de horário e inclusive às segundas-feiras.

1.11.18 - Os profissionais deverão apresentar-se ao servidor designado na ordem de serviço, no local estabelecido para a realização do evento, utilizando trajes sociais e compatíveis com a profissão e com a liturgia do evento, com 30 (trinta) minutos de antecedência de seu início, a fim de verificar as condições e características do local, do público e das atividades a serem realizadas.

1.11.19 - Os profissionais designados para atender cada ordem de serviço deverão tomar conhecimento das informações relativas ao evento o mais breve possível, a fim de que, caso sintam necessidade, possam pesquisar os termos específicos relativos ao assunto que será tratado anteriormente. Em eventos cuja ordem de serviço se dê com **antecedência de 5 dias da data da prestação do serviço**, poderá ser necessária a realização de reunião prévia para elucidar aos profissionais detalhes acerca do evento com a finalidade de auxiliar na prestação de seu serviço da melhor forma possível;

1.11.20 - Os intérpretes deverão comprovar, formalmente, fluência na interpretação de Libras, de forma simultânea ou consecutiva, a partir de origem falada (oral/auditiva), sinalizada (visual/espacial) ou escrita, mediante apresentação de certificado do Prolibras (Exame Nacional para Certificação de Proficiência em Libras do Ministério da Educação).

1.11.21 - A partir da assinatura do contrato, a CONTRATADA poderá apresentar o certificado Prolibras dos profissionais que prestarão serviços durante o período de sua vigência, assim como o documento de Termo de Cessão de Uso de Voz e Imagem, prevista em anexo do edital, dispensando-se a remessa dessa documentação quando da etapa de aceite da ordem de serviço.

1.11.22 - A proficiência em Libras também poderá ser comprovada por certificado de conclusão de curso de graduação de Letras-Libras (bacharelado), reconhecido pelo MEC.

1.11.23 - A conduta ética dos intérpretes será pautada pelos preceitos da confiabilidade, imparcialidade, discrição e fidelidade, baseando-se no Código de



TRF2TER202300407A

Ética integrante do Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) e na Lei 12.319/2010, que regulamenta a profissão de tradutor/ intérprete de Libras.

1.11.24 - Os profissionais devem obedecer às normas disciplinares e de segurança da Administração e zelar pelo respeito e pela cortesia no relacionamento entre colegas, usuários do serviço e servidores.

1.11.25 - A CONTRATADA deverá substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e dependentemente de justificativa, qualquer intérprete cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, ou que se apresente para o serviço fora dos padrões exigidos, ou que seja considerado tecnicamente inapto.

1.11.26 - A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) minutos, contados da solicitação feita pela unidade Responsável, para apresentar o substituto, que deverá possuir as qualificações técnicas exigidas para a prestação dos serviços.

1.11.27 - A CONTRATADA deverá manter sigilo (e não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros), sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar ciência em razão da execução do objeto do contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

1.11.28 - A CONTRATADA deverá refazer os serviços gravados que estejam comprovadamente em desacordo com as normas legais ou em desconformidade com os padrões técnicos vigentes, dentro do prazo fixado pela ARIC.

1.11.29 - A CONTRATADA deverá executar os serviços demandados sob supervisão, acompanhamento e fiscalização da CONTRATANTE, que verificará sua qualidade e indicará as correções dos serviços realizados em desacordo com o pactuado.

1.11.30 - A CONTRATADA deverá facilitar o trabalho de supervisão e fiscalização por parte da CONTRATANTE, acatando imediatamente as instruções, sugestões, observações e decisões oriundas da CONTRATANTE e corrigindo as deficiências apontadas.

1.11.31 - Quando a presença física dos profissionais for exigida, os serviços serão executados nas dependências do:

1.11.31.1 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região: localizado na rua Acre, 80, Centro – Rio de Janeiro/RJ;

1.11.31.2 - Centro Cultural Justiça Federal: localizado na Av. Rio Branco, 241, Centro – Rio de Janeiro/RJ;

1.11.31.3 - Locais indicados pela Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, dentro da cidade do Rio de Janeiro, sem gerar ônus algum para a Contratante.



1.11.32 - Sempre que aplicável, a CONTRATADA executará os serviços com base na norma técnica NBR 15.290 da ABNT e nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação

1.11.33 - O cancelamento do serviço deverá ser informado pela CONTRATANTE à CONTRATADA com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência do horário previsto para o início do horário determinado para início na ordem de serviço;

1.11.34 - Caso o evento seja cancelado, em parte ou integralmente, a menos de 3 (três) horas do seu início, a CONTRATANTE ressarcirá as despesas incorridas pela CONTRATADA, desde que devidamente comprovadas;

1.11.35 - A planilha constante neste Tópico ilustra os tipos de eventos de maior ocorrência para fins de exemplificação, mas não significa que determinado evento terá a duração em horas ali estimadas. O documento que registrará OFICIALMENTE o número de horas contratadas a cada prestação de serviço será a ORDEM DE SERVIÇO, onde constará o horário de início e de término de cada serviço prestado em cada ocasião demandada pela Contratante, podendo ter duração diferenciada para eventos do mesmo tipo, fato que será determinado em cada ordem de serviço.

1.11.36 - Quando da ocorrência de eventuais imperfeições e deficiências no curso da execução dos serviços, a CONTRATADA será notificada, por escrito, com prazo fixado para sua correção, que não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação.

1.11.37 - Poderá ocorrer, excepcionalmente, mais de um evento simultaneamente, assim, nesta situação, a CONTRATADA deverá oferecer mais de uma dupla de intérpretes.

1.11.38 - No prazo de até 4 (quatro) horas antes do início dos serviços durante os dias úteis, e de até 8 (oito) horas antes do início dos serviços durante os fins de semana e feriados, a CONTRATADA deverá enviar ao Gestor do Contrato, por meio eletrônico, a relação contendo o nome, o número do RG e do CPF e a comprovação da qualificação de cada um dos profissionais que colocará à disposição da Contratada para o evento;

1.11.39 - A CONTRATADA deverá apresentar os profissionais no local indicado para a realização do evento com no mínimo 30 (trinta) minutos antes do início do evento, para fins de identificação e credenciamento perante a área de Segurança do TRF2 e do CCJF e para verificação das condições do local e das características do evento. Esse período não será computado como hora trabalhada para efeito de contabilização do pagamento da prestação do serviço.

1.11.40 - O atraso ou o não comparecimento do profissional para a realização dos serviços em número superior a 2 (duas) ocorrências, sem justificativa aceita pelo TRF2 e/ou pelo CCJF, poderá ser motivo para rescisão contratual;

1.11.41 - A Contratada deve garantir, no que for de sua responsabilidade, o seu enquadramento durante a prestação de seus serviços nos Termos da Lei Geral de Proteção de Dados;



1.11.42 - De acordo com a orientação do Art. 60, III, da LEI Nº 14.133/2021, como critério de desempate entre duas ou mais propostas, será utilizado o seguinte critério:

1.11.42.1 - Apresentação de certificação nacional/regional conferida às empresas que apresentem compromisso com uma cultura inclusiva no local de trabalho, para questões de gênero e redução das desigualdades de forma ampla;

1.11.43 - Como referência para sincronia, a Contratada deve enviar a interpretação de Libras com o áudio do filme de forma a não haver dúvidas na sincronização da janela, **em até 48 horas do evento, impreterivelmente.**

1.11.44 - A CONTRATADA deverá apresentar, em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento da notificação para assinatura do contrato, Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz, conforme modelo anexo ao Edital, para, no mínimo, 6 (seis) profissionais qualificados que prestarão os serviços.

1.11.45 - O direito patrimonial e a propriedade intelectual em caráter definitivo de todos os resultados produzidos em consequência da prestação dos serviços, inclusive sobre eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, serão da CONTRATANTE, podendo esta distribuir, alterar e utilizá-los sem limitações.

1.11.46 - Os direitos autorais dos produtos gerados serão da CONTRATANTE, ficando proibida sua utilização por parte da CONTRATADA sem que exista autorização formal, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

1.11.47 - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF 2ª Região, os equipamentos/produtos em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções que prejudiquem a realização dos serviços dos tradutores/intérpretes quando de sua atuação remota;

1.11.48 - Corrigir prontamente, após demanda da ARIC e do CCJF, o serviço prestado, caso seja verificada alguma impropriedade, desconformidade com normas legais e padrões técnicos vigentes ou termo erroneamente traduzido /interpretado;

1.11.49 - Responder pelos danos causados diretamente ao TRF 2ª Região, ao CCJF ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo por sua atuação presencial e/ou remota;

1.11.50 - Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRF 2ª Região e do CCJF.

1.11.51 - Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais, quando necessário, sem ônus algum à Contratante.

1.11.52 - Garantir que os profissionais a serem alocados na prestação dos serviços devem possuir os seguintes requisitos: ser experientes e capacitados para o exercício da função de Intérprete de Libras, conforme requisitos constantes



deste Termo de Referência; garantir a fidedignidade (o intérprete não altera a informação), a imparcialidade (o intérprete não interfere com opiniões próprias) e a impessoalidade (o intérprete é um instrumento impessoal) na prestação do serviço; serem discretos, atenciosos, especializados e qualificados para o desenvolvimento de suas tarefas e para prestar o melhor atendimento ao CONTRATANTE; manter-se atualizados e bem informados quanto às rotinas e aos procedimentos adotados; manter sigilo das informações e dos dados a que tiverem acesso durante a execução dos serviços e apresentar-se ao funcionário responsável pelo evento no local estabelecido, conforme informado na Ordem de Serviço, utilizando vestimentas adequadas à natureza do serviço contratado, com 30 (trinta) minutos de antecedência de seu início, a fim de verificar as condições e características do local, do público, dos palestrantes e das atividades a serem realizadas.

1.12 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

1.12.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo prestador de serviço, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado.

1.12.2 - Elucidar dúvidas sobre cada ordem de serviço que o tradutor/intérprete possa ter em dias úteis, no horário de 12 às 17h, na Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência, localizada na Rua Acre, 80, 20º andar, sala 2001 A – Centro – Rio de Janeiro/ RJ, Cep: 20081-000.

1.12.3 - Solicitar a correção dos serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

1.12.4 - Solicitar a substituição do profissional, dependentemente de justificativa, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, ou que se apresente para o serviço fora dos padrões exigidos, ou que seja considerado tecnicamente inapto.

1.12.5 - Disponibilizar local adequado para a realização do serviço, quando for demandado presencialmente.

1.13 CÓDIGO SIASG: Não foi encontrado código exatamente com as mesmas características do objeto, mas apenas similar, qual seja: CATSER:12637 – TRADUÇÃO /INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA/CONSECUTIVA.

1.14 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

Obter a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao manter-se em sintonia com o Plano Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região - Justiça Sustentável (**PLJUS**), instituído por meio da resolução TRF2-RSP-2021/00049, para o ciclo 2021-2026, que estabelece para a Justiça Federal da 2ª Região a **Missão** de Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva e alcançar a **Visão de Futuro** de Consolidar-se perante a sociedade como justiça efetiva, transparente e sustentável, superando o Macrodesafio da "**Garantia dos Direitos da Cidadania**", atingindo, por meio desta contratação, um de seus objetivos, qual seja: "**Garantir direitos de inclusão e acessibilidade a todos**".



2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Conforme registrado nos Estudos Técnicos Preliminares (TRF2-ETP-2023/00117), esta contratação se justifica em razão da necessidade cumprimento da Resolução CNJ nº 401/2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão, retirando barreiras de comunicação. Da mesma forma, atender à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e aos demais normativos vigentes que regem a matéria, que nortearam os pedidos da ARIC e do CCJF, respectivamente, em prol da contratação ora pretendida.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 - Por meio da contratação de profissionais de tradução-interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Portuguesa e vice-versa, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo ou ensaiada, gravada ou não, das solenidades, eventos, vídeos, palestras, congressos, fóruns, visitas, ações e projetos de relações institucionais e qualquer outra ocasião institucional necessária para a Justiça Federal da 2ª Região e nas modalidades virtual (remota) e/ou presencial para sessões com recursos de acessibilidade de peças teatrais, óperas, performances, shows, espetáculos de dança, palestras, seus registros em vídeo veiculados de forma online síncrona ou assíncrona, filmes e vídeos para o Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), de nas instalações físicas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e do Centro Cultural Justiça Federal e outra localidade na cidade do Rio de Janeiro indicada pela Contratante, com cessão de uso de imagem e voz, de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, mediante contrato de prestação de serviço de natureza continuada, COM VIGÊNCIA DE 2 (DOIS) ANOS, por meio deste processo de contratação e conforme as especificações e quantitativo estimado na tabela, constante no tópico 1, deste Termo de Referência, cumprir a Resolução CNJ nº 401/2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão, retirando barreiras de comunicação;

3.2 - Da mesma forma, atender à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e aos demais normativos vigentes que regem a matéria, que nortearam os pedidos da ARIC e do CCJF, respectivamente, em prol da contratação ora pretendida;

3.3 - O contrato permitirá acionar os profissionais em questão sempre que for necessário.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 REQUISITOS TÉCNICOS E DE QUALIDADE

4.1 Natureza do bem/serviço: Trata-se de serviço comum.

4.2 Os requisitos indispensáveis a esta contratação dizem respeito aos itens de constantes na planilha com a descrição detalhada de cada item do objeto e todos os demais itens constantes no tópico 1 deste Termo de Referência, tanto em termos qualitativos, quanto quantitativos, inclusive respeitando os prazos e datas estabelecidos.

4.3 - Além dos requisitos indispensáveis indicados no tópico 4.2, há também os requisitos indispensáveis relativos à HABILITAÇÃO DO LICITANTE E COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO TÉCNICA, conforme item 1.6 (Qualificação Técnica);

4.3.1 - Além dos tópicos constantes no item 1.6 (Qualificação Técnica), os intérpretes deverão comprovar, formalmente:

a) fluência na interpretação de Libras, de forma simultânea ou consecutiva, a partir de origem falada (oral/auditiva), sinalizada (visual/espacial) ou escrita, mediante apresentação de certificado do Prolibras (Exame Nacional para Certificação de Proficiência em Libras do Ministério da Educação);

b) experiência profissional de, no mínimo, 12 (doze) meses na atividade.

4.3.2 - A partir da assinatura do contrato, a CONTRATADA poderá apresentar o certificado Prolibras dos profissionais que prestarão serviços durante o período de sua vigência, assim como o documento de Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz, previsto conforme modelo transcrito abaixo, neste item, dispensando-se a remessa dessa documentação quando da etapa de aceite da ordem de serviço.

**MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ
AUTORIZADOR(A)**

Nome: / Profissão: / CPF: /RG: / Telefones: / Endereço: / E-mail:

AUTORIZADO

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO - Rua Acre, 80- Centro -
Rio de Janeiro-RJ-CEP: 20081-000?- CNPJ: CNPJ 32.243.347/0001-51**
OU

**CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL - Av. Rio Branco, 241 - Centro -
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009 - CNPJ: CNPJ 32.243.347/0001-51**

*Pelo presente instrumento, e na melhor forma do direito, o(a)
AUTORIZADOR(A), abaixo assinado, autoriza, expressamente, o
AUTORIZADO a utilizar sua imagem e voz, na íntegra ou em partes, para
fins institucionais, educativos, informativos, técnicos e culturais, dentre
outros, visando à exibição e reexibição em qualquer mídia existente ou que*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



vier a existir, em todo o território nacional e internacional, em número ilimitado de vezes, seja qual for o processo de transporte de sinal que venha a ser utilizado pelo AUTORIZADO.

O AUTORIZADO poderá ceder o material a parceiros públicos ou privados, conforme sua conveniência, que dele farão uso na mesma extensão permitida por este instrumento.

A presente autorização tem caráter gratuito, desonerando o AUTORIZADO, bem como seus parceiros citados, de qualquer custo ou pagamento de honorários, seja a que título for, sendo concedida em caráter irrevogável e irretratável, para nada reclamar em juízo ou extrajudicialmente, obrigando o (a) AUTORIZADOR(A) por si e por seus herdeiros.

Rio de Janeiro, de de .

Assinatura do(a) AUTORIZADOR(A)

4.3.3 - A proficiência em Libras também poderá ser comprovada por certificado de conclusão de curso de graduação de Letras-Libras (bacharelado), reconhecido pelo MEC.

4.3.4 - Conhecer as atribuições do tradutor e intérprete de Libras, no contexto artístico-cultural, ou seja na interpretação das peças teatrais, de conteúdo audiovisual, educativo e palestras de temas diversos e também no contexto jurídico e pedagógico, a depender da origem e do tipo da demanda;

4.3.5 - Guardar sigilo sobre assuntos de natureza confidencial, principalmente em relação aos usuários atendidos;

4.3.6 - Manter conduta ética e profissional durante a prestação do serviço, bem como em qualquer lugar dentro e fora do TRF2 e do CCJF no que concerne a sua atividade;

4.3.7 - Apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função, em conformidade com a Norma Brasileira ABNT NBR 15290, ano 2005, que, dentre outras, estabelece diretrizes para a janela de LIBRAS, determinando como requisito para interpretação e visualização da LIBRAS que: a vestimenta, a pele e o cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e entre o fundo (letra a, item 7.1.4, NBR 15290), conforme planilhas A e B abaixo:

PLANILHA A - Sexo Masculino:

ITE M	TIPO /DETALHES	COR
1	Calça social	Preta



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



2	Cinto preto	Preta
3	Meia Social	Preta
4	Sapato Social	Preta
5	Camisa Social	Preta ou Branca*

PLANILHA B - Sexo Feminino:

ITEM	TIPO/DETALHES	COR
1	Calça social ou saia social	Preta
2	Camisa Social	Preta ou Branca*
3	Sapato Social	Preta

4.3.8 - Ser imparcial aos conteúdos que lhe couber interpretar/traduzir;

4.3.9 - Exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes e pelo respeito à cultura surda;

4.3.10 - Manter-se no posto de serviço, sem abandoná-lo, quer seja por atraso ou saídas antecipadas, comunicando antecipadamente ausências e possíveis faltas ao Supervisor da contratada (fiscal de contratos) para providências imediatas de substituição pela contratada;

4.3.11 - Ceder o uso de imagem e voz;

4.3.12 - Experiência do profissional de, no mínimo, 1 (um) ano na atividade, por meio de contrato de trabalho ou declarações de empresas públicas ou privadas;

4.3.13 - Outras atribuições pertinentes à função, não especificadas acima.

4.2 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:



4.2.1. O requisito de sustentabilidade diz respeito ao critério de desempate para os licitantes, de acordo com os tópicos já constantes deste Termo, transcritos abaixo:

4.2.1.1 - De acordo com a orientação do Art. 60, III, da LEI Nº 14.133/2021, como critério de desempate entre duas ou mais propostas, será utilizado o seguinte critério: Apresentação de certificação nacional/regional conferida às empresas que apresentem compromisso com uma cultura inclusiva no local de trabalho, para questões de gênero e redução das desigualdades de forma ampla;"

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS):

5.1 - A contratação atenderá à necessidade institucional, social e legal de promover a acessibilidade e a inclusão às Pessoas com Deficiência no Poder Judiciário, conforme determina a Resolução do CNJ nº 401/2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão, retirando barreiras de comunicação.

5.2 - Da mesma forma, atender à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e aos demais normativos vigentes que regem a matéria, que nortearam os pedidos da ARIC e do CCJF, respectivamente, em prol da contratação ora pretendida.

5.3 - Obter a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao manter-se em sintonia com o Plano Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região - Justiça Sustentável (**PLJUS**), instituído por meio da resolução TRF2-RSP-2021/00049, para o ciclo 2021-2026, que estabelece para a Justiça Federal da 2ª Região a **Missão** de Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva e alcançar a **Visão de Futuro** de Consolidar-se perante a sociedade como justiça efetiva, transparente e sustentável, superando o Macrodesafio da **"Garantia dos Direitos da Cidadania"**, atingindo, por meio desta contratação, um de seus objetivos, qual seja: **"Garantir direitos de inclusão e acessibilidade a todos"**.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nas normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;



6.3 - As comunicações entre o TRF 2ª Região e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.5 - Após a assinatura do contrato ou da nota de empenho, o TRF 2ª Região poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, presencial ou online, conforme disponibilidade da contratada e do contratante, para apresentação de informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

6.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor do contrato, ou pelo respectivo substituto;

6.7 - O gestor acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.7.1 - O gestor do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3 - O gestor do contrato informará à Divisão de Contratos do TRF 2ª Região, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.7.4 - O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação técnica da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

6.7.5 - Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à Divisão de Contratos do TRF 2ª Região, para que sejam tomadas as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.7.6 - A ação da fiscalização do Gestor do Contrato não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

6.8 - É vedado à Contratada transferir a terceiro, por qualquer forma, ainda que parcialmente, o objeto do presente Contrato;



6.9 - Os empregados da Contratada que estiverem prestando serviços ao Contratante, em nenhuma hipótese terão com o Tribunal Regional Federal da 2ª Região e o CCJF qualquer relação empregatícia;

6.10 –Dependendo da origem da ordem de serviço, o acompanhamento e a fiscalização da presente contratação serão realizados pela Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência – ARIC e pelo Centro Cultural Justiça Federal – CCJF;

6.11 - Qualquer solicitação por parte da Contratada poderá ser efetuada através dos telefones (21) 2282-8486/ 8181 e dos e-mails: relacoesinstitucionais@trf2.jus.br; cerimonial@trf2.jus.br e rp@trf2.jus.br, no caso do TRF2, ou, pela Divisão de Cultura do Centro Cultural Justiça Federal, AvRio Branco, 241, Centro, pelo e-mail: adm.ccjf@trf2.jus.br e com cópia para o e-mail: cultura.ccjf@trf2.jus.br ou pelo telefone (21) 3261-2555/2550, no caso do CCJF.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1 - O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, à vista do documento fiscal apresentado pela contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

7.1.1 - A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

7.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

7.1.3 - Para fins do disposto no item 7.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

7.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

7.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

7.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540, de 05/01/2015, e nº 1.552, de 02/03/2015.

7.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

7.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

7.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 7.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

7.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 7.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

7.7.2 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

7.8 - Os serviços serão pagos em função do quantitativo demandado a cada ORDEM DE SERVIÇOS, considerando-se, para fins de base de cálculo, os preços unitários apresentados na proposta da licitante vencedora, já incluídas todas as despesas necessárias, tais como o valor total de todos os impostos incidentes, tributos, encargos previdenciários, sociais e trabalhistas, taxas, seguros, transporte dos intérpretes-tradutores, mídias, envio das mídias, etc., ou seja, todos os custos indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto contratado;

7.8.1 - O quantitativo para cada item do objeto previsto é estimativo, isto é, não há garantias de que serão realizados os pagamentos da quantidade total do contrato, portanto, **apenas serão pagos os valores devidos a cada ORDEM DE SERVIÇO da ARIC OU do CCJF, exceto em caso de informação de cancelamento do serviço por parte da CONTRATANTE, no prazo contratual estipulado no item 1.5.33;**

7.9 - O prazo de garantia de todos os itens do objeto deverá ser de **06 (seis) meses**, contados a partir do atesto da Nota Fiscal;



7.10 - O responsável pela gestão e acompanhamento da contratação somente atestará e liberará a nota fiscal para pagamento quando cumpridas, pela contratada, todas as condições pactuadas no objeto de contrato.

7.11 - É condição para o atesto da Nota Fiscal e para o andamento das rotinas de pagamento que seja verificada, pelo gestor de contrato, o quantitativo e a qualidade do material fornecido, conforme determinado nas especificações técnicas deste Termo;

7.12 - O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, creditada em conta corrente indicada pela contratada, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do devido atesto na Nota Fiscal pelo responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

7.13 - Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

7.14 - No ato do pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

7.15 - O documento fiscal deverá ser entregue na Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial - ARIC, localizada na Rua Acre, nº 80, 20º andar, Sala 2001 A, no horário compreendido entre 12:00 h e 17:00 h, de 2ª a 6ª feiras. Também deverá ser enviado eletronicamente ao e-mail scon@trf2.jus.br, com cópia para relacoesinstitucionais@trf2.jus.br e rp@trf2.jus.br;

7.16 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, ficando pendente o respectivo atesto e o prosseguimento das rotinas de pagamento até que novo documento fiscal devidamente corrigido seja apresentado.

7.17 - Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

7.18 - O contratante poderá sustar o pagamento de qualquer documento fiscal, no todo ou em parte, nos casos de:

7.18.1 - Existência de qualquer débito para com o contratante;

7.18.2 - Se os serviços prestados não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1 - A modalidade licitatória indicada é o Pregão, a fim de gerar contrato, sob demanda, de prestação de serviços de natureza continuada, COM VIGÊNCIA DE 2 (DOIS) ANOS.



8.2 - O critério de seleção deverá ser o Menor Preço.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado será o indicado na planilha anexa ao edital ou aviso de dispensa.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 - A despesa em questão está prevista na programação orçamentária da ARIC, registrada no SIGA GO de 2023, sob o ID nº 15.

11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

11.1 - A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base nas obrigações e na forma de execução, descritas neste Termo. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento em função de infrações.

11.2 - O não atendimento do IMR e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas neste Contrato.

11.3 - Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

11.4 - A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do IMR obedecerá às Tabelas 01 e 02, a seguir discriminadas:

TABELA 1			
ITEM	DESCRIÇÃO	PONTOS	INCIDÊNCIA
	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituir material		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



01	licitado por outro de qualidade inferior.	3	Por ocorrência
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	8	Por dia e por tarefa designada
03	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por item e por ocorrência
04	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
05	Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	3	Por ocorrência e por dia
06	Deixar de entregar ou entregar com atraso ou incompleta documentação exigida em cláusula específica do contrato - DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.	2	Por ocorrência e por dia
07	Deixar de apresentar notas fiscais discriminando preço e quantidade de todos os materiais utilizados mensalmente, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso etc.).	7	Por ocorrência



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



08	Deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	3	Por ocorrência e por dia
09	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	8	Por item e por ocorrência
10	Deixar de fornecer, sempre que houver alteração, a atualização da relação nominal do pessoal que prestará os serviços, ou de anexar quaisquer dos documentos exigidos no Edital, seus Anexos ou no contrato, sobre os empregados que prestarão os serviços.	7	Por item e por ocorrência
11	Deixa de adotar medidas de segurança quanto ao sigilo e à divulgação dos dados e informações que vier a ter acesso em razão da execução do contrato	8	Por item e por ocorrência
12	Deixar de substituir intérprete (s) no prazo definido determinado.	8	Por ocorrência
13	Deixar de prestar o serviço que incorra em horas-extras ou fora dos dias úteis, quando demandados, excepcionalmente pela Contratante.	8	Por ocorrência
	Deixar de cumprir o prazo para apresentação dos profissionais		



TRF2TER202300407A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



14	30 minutos antes do horário de início determinado na ordem de serviço	6	Por ocorrência
15	Deixar de comunicar as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, nos termos das obrigações da CONTRATADA	6	Por ocorrência
16	Deixar de observar, conforme o disposto nas obrigações da CONTRATADA no que se refere à veiculação de qualquer tipo de publicidade da CONTRATADA, durante os eventos, por ocorrência.	8	Por ocorrência
17	Cometer erros na interpretação-tradução de LIBRAS para Língua Portuguesa e Vice-Versa, incluindo nomes próprios e aspectos gramaticais.	2	Por ocorrência
18	Apresentar ausência de interpretação-tradução de LIBRAS para Língua Portuguesa e Vice-Versa.	3	Por ocorrência
19	Traduzir-interpretar com monotonia e exageros em desacordo com a fala/áudio.	3	Por ocorrência
20	Apresentar-se inadequadamente no tocante a elementos visuais chave como indumentária, acessórios e outros elementos que possam causar "ruídos" visuais.	2	Por ocorrência
21	Deixar de prestar algum dos serviços estabelecidos no Edital e nos seus anexos não previstos nesta tabela.	8	Por item e por ocorrência

TABELA 2

--	--	--



TRF2TER202300407A



PONTOS DA INFRAÇÃO	GRAU DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
2	1	0,5 % sobre o valor prestado na solicitação de serviço
3	2	1,0 % sobre o valor prestado na solicitação de serviço
4	3	1,5 % sobre o valor prestado na solicitação de serviço
5	4	2,0 % sobre o valor prestado na solicitação de serviço
6	5	2,5 % sobre o valor prestado na solicitação de serviço
7	6	3,0 % sobre o valor prestado na solicitação de serviço
8	7	3,5 % sobre o valor prestado na solicitação de serviço

12. ANÁLISE DE RISCOS:

12.1 - Evento de Risco: Ausência de licitantes que reúnam a expertise técnica e a documentação exigida e atualizada para participar do certame;

12.1.1 - Probabilidade: 3 - média

12.1.2 - Impacto: 4 - alto

12.1.3 - Nível do Risco: 12

12.1.4 - Tratamento: Compartilhar o risco

12.1.5 - Ação Preventiva: Informar o maior número de empresas do ramo conhecidas no mercado e que já participaram de licitações com objeto semelhante;



12.1.6 - Responsabilidade: Contratante (setor requisitante) e da SCON;

12.1.7 - Medidas de Contingência: Repetir o contato com a SCON e fazer novas pesquisas de mercado;

12.1.8 - Responsabilidade: Contratante (setores competentes)

12.1.9 - Segurável pela Contratada: Não (não se aplica)

12.1.10 - Termo aditivo em caso de ocorrência do risco: Não se aplica

12.2 - Não se aplica a inclusão de cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades, pois se trata de evento de risco com ocorrência anterior à assinatura do contrato e de responsabilidade exclusiva da contratante.

13. ANEXOS: Os anexos ao presente termo constarão no Edital.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2023.

- assinado eletronicamente -

ALFREDO DE ANDRADE BOTTINO
Assessor(a)-Chefe
ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E CERIMONIAL

- assinado eletronicamente -

ELAINE PAUVOLID CORRÊA HAMBURGER
Diretor(a) de Divisão
DIVISÃO DE CULTURA



ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088-23

Proc. nº TRF2-EOF-2022/0181

MODELO DE PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Item	Discriminação	Quantidade Estimada de Horas Totais	Custo Unit. Por Hora R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO (02 anos) R\$
1	Serviço de tradução-interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), pelo período de 2 (dois) anos	838	375,10	314.333,80
VALOR TOTAL (02 anos)				314.333,80
VALOR TOTAL (por extenso):				

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO ME e EPP

(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2022/181

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (..) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

—

EMPRESA

DATA

ASSINATURA

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(Inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2022/181

DECLARA, em face do disposto no inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções 009/2005 e 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)

ANEXO V

DECLARAÇÃO

(Artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 9 de 06.12.2005 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2022/181

DECLARO, em face do disposto na Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não tenho parentesco com nenhum Membro do Poder Judiciário ou servidor que exerce cargo em comissão de direção e assessoramento.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2023/_____

CONTRATO DE TRADUÇÃO-INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA A LÍNGUA PORTUGUESA E VICE-VERSA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO E DO CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL (CCJF), COM CESSÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ, DE ACORDO COM A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2022/00181

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Paulo Cezar Braga Edmundo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na Rua _____, CEP: _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2022/00181, em consequência do Pregão Eletrônico nº 088/2023, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em ____/____/____, conforme despacho nº TRF2-DES-____/____, FIRMAM o presente Contrato visando à *prestação de serviços de tradução-interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Portuguesa e vice-versa, das solenidades, eventos, vídeos, palestras, congressos, fóruns, visitas, ações e projetos de relações institucionais e qualquer outra ocasião institucional necessária para a Justiça Federal da 2ª Região e nas modalidades virtual (remota) e / ou presencial para sessões com recursos de acessibilidade de peças teatrais, óperas, performances, shows, espetáculos de dança, palestras, seus registros em vídeo veiculados de forma online síncrona ou assíncrona, filmes e vídeos para o Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), nas instalações físicas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e do Centro Cultural Justiça Federal e outra localidade na cidade do Rio de Janeiro indicada pelo Contratante, com cessão de uso de imagem e voz, de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região*, sujeitas as partes às disposições da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições:

Contrato n.º TRF2-CON-2023/_____ – Empresa contratada (epr) **MINUTA**

Pág. 1



TRF2CAP202328641

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços de natureza continuada, pelo período de 02 (*dois*) anos, de tradução-interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Portuguesa e vice-versa, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo ou ensaiada, gravada ou não, das solenidades, eventos, vídeos, palestras, congressos, fóruns, visitas, ações e projetos de relações institucionais e qualquer outra ocasião institucional necessária para a Justiça Federal da 2ª Região e nas modalidades virtual (remota) e / ou presencial para sessões com recursos de acessibilidade de peças teatrais, óperas, performances, shows, espetáculos de dança, palestras, seus registros em vídeo veiculados de forma online síncrona ou assíncrona, filmes e vídeos para o Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), nas instalações físicas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e do Centro Cultural Justiça Federal e outra localidade na cidade do Rio de Janeiro indicada pelo Contratante, com cessão de uso de imagem e voz, de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, conforme o Edital do Pregão Eletrônico nº 088/2023 e seus Anexos I, II, III, IV e V e na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO QUANTITATIVO ESTIMADO:

Subitem	EVENTOS/VÍDEOS/VISITAS/PALESTRAS E OUTROS	Quantidade estimada de horas totais por tipo de evento	Modalidade*
1.1	Posse de Desembargador(a)s/ Entrega de Condecorações Solenidades de Homenagem Magistrados/ Servidores/ Autoridades de outros órgãos, no período de 8h às 19h, em dias úteis.	36 horas	PRESENCIAL OU REMOTA Interpretação simultânea no local do evento ou remotamente e com gravação
1.2	Palestras, Oficinas, Seminários, Webnários, Congressos, Fóruns, Conferência, Encontros, Visitas institucionais e similares no TRF2, no período de 8h às 19h, em dias úteis, e no CCJF, no período de 11h às 21h, de terça a domingo.	220 HORAS	PRESENCIAL OU REMOTA Interpretação simultânea no local do evento ou remotamente e com gravação
1.3	Gravação de vídeo do profissional para inserir janela em vídeos institucionais previamente produzidos pelo TRF2, no período de 8h às 19h, em dias úteis, e no CCJF, no período de 11h às 21h, de terça a domingo.	100 HORAS	PRESENCIAL OU REMOTA Interpretação de vídeo gravado em formato estúdio para inserir em janela de vídeo já produzido
1.4	Peças teatrais, óperas, performances, shows, espetáculos de dança, palestras, seus registros em vídeo veiculados de forma online síncrona ou assíncrona, filmes e vídeos, no período de 11h às 21h, de terça a domingo.	440 HORAS	PRESENCIAL OU REMOTA Interpretação simultânea no local do evento ou remotamente e com gravação
1.5	Qualquer um dos eventos constantes nos itens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4, que ocorram em qualquer horário, aos sábados, domingos e feriados.	12 HORAS	PRESENCIAL OU REMOTA Interpretação simultânea no local do evento ou remotamente e com gravação
1.6	Qualquer um dos eventos constantes nos itens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4, que ocorram em dias úteis, no período de 19h01min às 7h59min, em dias úteis.	30 HORAS	PRESENCIAL OU REMOTA Interpretação simultânea no local do evento ou remotamente e com gravação
1.7	QUANTIDADE ESTIMADA DE HORAS TOTAIS	838 (oitocentos e trinta e oito) horas totais	



3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1.1 – Os serviços estão descritos detalhadamente no ITEM 1.5 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3.2 - DA CESSÃO DE DIREITOS DE USO DO MATERIAL E/OU DA IMAGEM E DA VOZ:

3.2.1 - A Contratada deverá apresentar, em até 2 (*dois*) dias úteis contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura deste Contrato, Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz, conforme modelo anexo ao Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, para, no mínimo, 6 (*seis*) profissionais qualificados que prestarão os serviços.

3.2.2 - O direito patrimonial e a propriedade intelectual em caráter definitivo de todos os resultados produzidos em consequência da prestação dos serviços, inclusive sobre eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, serão do Contratante, podendo este distribuir, alterar e utilizá-los sem limitações.

3.2.3 - Os direitos autorais dos produtos gerados serão do Contratante, ficando proibida sua utilização por parte da Contratada sem que exista autorização formal, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

3.3 - DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

3.3.1 - É vedado à Contratada transferir a terceiro, por qualquer forma, ainda que parcialmente, o objeto do presente Contrato;

3.3.2 - Os empregados da Contratada que estiverem prestando serviços ao Contratante, em nenhuma hipótese terão com o Tribunal Regional Federal da 2ª Região e o CCJF qualquer relação empregatícia;

3.3.3 - Dependendo da origem da ordem de serviço, o acompanhamento e a fiscalização da presente contratação serão realizados pela Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência – ARIC e pelo Centro Cultural Justiça Federal – CCJF;

3.3.4 - Qualquer solicitação por parte da Contratada poderá ser efetuada através dos telefones (21) 2282- 8486/ 8181 e dos e-mails: relacoesinstitucionais@trf2.jus.br; cerimonial@trf2.jus.br e rp@trf2.jus.br, no caso do TRF2, ou, pela Divisão de Cultura do Centro Cultural Justiça Federal, Av. Rio Branco, 241, Centro, pelo e-mail: adm.ccjf@trf2.jus.br e com cópia para o e-mail: cultura.ccjf@trf2.jus.br ou pelo telefone (21) 3261-2555/2550, no caso do CCJF.

3.4 – DO LOCAL E HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.4.1 - Relação exemplificativa de locais com maior recorrência de realização de eventos do Contratante na cidade do Rio de Janeiro:

3.4.1.1 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Sede): Rua do Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro/RJ;

3.4.1.2 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Administrativo): Rua Visconde de Inhaúma, 68, Centro, Rio de Janeiro/RJ;



3.4.1.3 - Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Foro da Capital - Desembargadora Federal Marilena Franco): Avenida Venezuela, nº 134, Centro, Rio de Janeiro/RJ;

3.4.1.4 - Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Foro da Capital): Avenida Rio Branco, nº 243, Centro, Rio de Janeiro/RJ;

3.4.1.5 - Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Sede Administrativa): Avenida Almirante Barroso, nº 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ;

3.4.1.6 - Centro Cultural Justiça Federal – CCJF: Av. Rio Branco, 241, Centro, Rio de Janeiro/RJ, de 11h às 21h.

3.4.2 - Excepcionalmente, o local da prestação do serviço poderá ocorrer em outra localidade indicada, dentro da cidade do Rio de Janeiro, sem ônus ao Contratante, como por exemplo, nos espaços onde podem vir a ser alocados setores do Tribunal e outros espaços onde o TRF2 e o CCJF se façam representar institucionalmente.

3.5 – DA VESTIMENTA DOS PROFISSIONAIS – INTÉRPRETE DE LIBRAS:

3.5.1 - **Sexo Masculino:**

ITEM	TIPO/DETALHES	COR
1	Calça social	Preta
2	Cinto preto	Preta
3	Meia Social	Preta
4	Sapato Social	Preta
5	Camisa Social	Preta ou Branca*

3.5.2 - **Sexo Feminino:**

ITEM	TIPO/DETALHES	COR
1	Calça social ou saia social	Preta
2	Camisa Social	Preta ou Branca*
3	Sapato Social	Preta

3.5.3 - Vestimenta adotada em conformidade com a Norma Brasileira ABNT NBR 15290, ano 2005, que, dentre outras, estabelece diretrizes para a janelas de LIBRAS, determinando como requisito para interpretação e visualização da LIBRAS que: a vestimenta, a pele e o cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e entre o fundo (letra a, item 7.1.4, NBR 15290).

3.6 - DO PRAZO DE ATENDIMENTO:

3.6.1 - A cada demanda do Contratante repassada à Contratada, a qual será, preferencialmente, acionada via e-mail, com o atendimento no prazo mínimo de 08 (oito) horas de antecedência do horário previsto para o início do evento.

3.7 – DAS OBSERVAÇÕES GERAIS:

3.7.1 – As observações importantes estão descritas detalhadamente no ITEM 1.2 do Anexo I -Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.



3.8 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.1.1 – A qualificação técnica está descrita detalhadamente nos itens 1.6 e 4.1 do Anexo I -Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 – São obrigações da Contratada, além das constantes no subitem 1.11 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula.

4.1.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

4.1.2 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

4.1.2.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da Contratada alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo V do presente Edital, que deverá ser entregue no prazo de 30 (*trinta*) dias, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato pelo Contratante.

4.1.3 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

4.1.3.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão mencionado no preâmbulo, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

4.1.4 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

4.1.5 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio



Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

4.1.5.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no subitem anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

4.1.6 - A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/21.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

5.1 - São obrigações do Contratante as elencadas no subitem 1.12 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, parte integrante deste Contrato.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

6.1 - DO PREÇO:

6.1.1 - Planilha de Preços:

Descrição	Quantidade Estimada de Horas Totais	Custo Unitário por Hora (R\$)	Valor Total Estimado por 02 anos (R\$)
Serviço de tradução-interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras)	838		
Valor Total Estimado por 02 anos: <i>(por extenso)</i>			

6.1.2 - O valor GLOBAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

6.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos, bem como os custos indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto contratado.

6.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.2.1 - O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, à vista do documento fiscal por ela apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).



6.2.1.1 - A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

6.2.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

6.2.1.3 - Para fins do disposto no item 6.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.2.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br;

6.2.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

6.2.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015;

6.2.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas;

6.2.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

6.2.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 6.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

6.2.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento;

6.2.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado;

6.2.8 - Os serviços serão pagos em função do quantitativo demandado a cada ORDEM DE SERVIÇOS, considerando-se, para fins de base de cálculo, os preços unitários apresentados na proposta da Contratada, já incluídas todas as despesas necessárias, tais como o valor total de todos os impostos incidentes, tributos, encargos previdenciários, sociais e trabalhistas, taxas, seguros, transporte dos intérpretes-tradutores, mídias, envio das



mídias, etc., ou seja, todos os custos indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto contratado;

6.2.8.1 - O quantitativo para cada item do objeto previsto é estimativo, isto é, não há garantias de que serão realizados os pagamentos da quantidade total do contrato, portanto, apenas serão pagos os valores devidos a cada ORDEM DE SERVIÇO da ARIC OU do CCJF, exceto em caso de informação de cancelamento do serviço por parte da Contratante, no prazo contratual estipulado;

6.2.9 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

6.3 - DO REAJUSTE:

6.3.1 - Os valores contratados poderão ser reajustados com base na variação do IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice oficial que venha a ser acordado entre as partes, de acordo com a seguinte fórmula:

$R = \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right) \cdot P$	Onde:
	R = Reajuste
	I = Nº índice da data do reajuste
	I ₀ = Nº índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste.
	P = Preço a ser reajustado.

6.3.2 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo *pro-rata*, mas sim o mês cheio.

6.3.3 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de 1 (um) ano, em conformidade com os termos da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

6.3.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação de demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

6.3.5 - A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 6.3.4, tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 6.3.1.

6.3.6 - A não formalização do pedido de reajustamento pela Contratada ou, ainda, a sua formalização intempestivamente, ou seja, após a prorrogação do ajuste, acarretará a preclusão do direito de reajustar.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme item 11 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.



7.1.1 – Nota de Empenho: _____

7.2 - Nas parcelas referentes aos exercícios subsequentes, as despesas serão incluídas nas propostas orçamentárias para os citados exercícios, condicionadas à aprovação das mesmas.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

8.1 - O recebimento do objeto deste Contrato está discriminado detalhadamente no item 15 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

9 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES:

9.1 - A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no item 21 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXTINÇÃO:

10.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e na Lei nº 14.133/2021.

10.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

10.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

11.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas: /

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 088/2023 e seus Anexos I, II, III, IV e V;
- b) Proposta datada de __/__/2023 apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços, a serem executados (TRF2-CAP-2023/____);
- c) CERTIFICADO DE VISTORIA, *se houver*, emitido pela Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência, localizada na Rua Acre, nº 80, 20º andar, sala 2001-A, e pela Divisão de Cultura do Centro Cultural Justiça Federal, localizada na Av. Rio Branco, nº 241, ambas no Centro, Rio de Janeiro/RJ, comprovando que a Contratada sanou todas as dúvidas técnicas e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato (TRF2-CAP-2023/____).



11.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO:

12.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

12.2 - Competem à Fiscalização as atribuições elencadas a seguir:

12.2.1 - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

12.2.2 – Informar, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

12.2.3 – Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do Contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

12.2.4 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.2.5 - Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas;

12.2.6 - Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento;

12.2.7 - Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações

12.2.8 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.

12.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

12.4 - Na hipótese de contratação de terceiros para assistir e subsidiar à fiscalização, prevista no art. 117, *caput*, da Lei nº 14.133/21, deverão ser observadas as seguintes regras:

12.4.1 - A Contratada assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de Contrato;

12.4.2 - A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do Contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE GARANTIA:

13.1 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

13.1.1 - O prazo de vigência do presente Contrato será de 02 (*dois*) anos, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado,



na forma autorizada pelo art. 107, da Lei nº 14.133/21.

13.2 – DO PRAZO DE GARANTIA:

13.2.1 - Caso seja verificada alguma impropriedade, desconformidade com normas legais e padrões técnicos vigentes ou termo erroneamente traduzido/interpretado, o prazo de garantia da correção/adequação dos serviços prestados deverá ser de 06 (seis) meses, contados a partir do atesto da Nota Fiscal.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS:

14.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS, que estão dispostas no item 11 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS:

15.1 - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

16.1 - O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 - No que se refere à alteração unilateral, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

16.2.1 - As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

16.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20091-007, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

16.4 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.



18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretor-Geral

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)



TRF2CAP202328641